



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM

BALANÇO

NOTAS EXPLICATIVAS - ASPECTO GERAL Exercício Financeiro de 2023

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

Declaro que as demonstrações contábeis constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO, (Balanços: Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, dos Fluxos de Caixa e das Mutações no Patrimônio Líquido), regidas pela Lei Complementar nº 4.320, de 1964, com as estruturas alteradas através da Portaria STN nº 438 de 12 de julho de 2012, e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 17, relativos ao exercício de 2023, representam com fidedignidade a situação orçamentária, financeira e patrimonial desta Entidade.

MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES RODRIGUES

Gerente Contábil / IPEM/RO
TC/CRC: 004846/O-5

CONTEXTO GERAL

O Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia- IPEM/RO, inscrito no CNPJ sob nº 34.481.028/0001-00, é uma Autarquia estadual, de direito público com autonomia administrativa, financeira e operacional, criada através da Lei 132 de 13/10/1986, alterada e acrescentada sua estrutura pela Lei Complementar nº 432, DE 22.07.1992, publicado no DOE nº2579, de 22.07.1992 e, acrescido pela Lei Complementar nº 582, de 30.06.2010, que trata dos cargos efetivos, publicado no DOE nº 1520, de 30.06.2010, com sede e foro na cidade de Porto Velho, na Avenida dos Imigrantes, nº1.201 – Bairro São Sebastião II - CEP: 76.801-974 – Telefones: (69) 3216-5956/3216-5943.

Compete ao Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia- IPEM/RO, implementar a execução das atividades metrológicas no Estado de Rondônia, de acordo com a Lei Federal nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e da delegação oficial que lhe for outorgada.

BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis correspondem ao meio pelo qual a contabilidade fornece aos seus usuários informações sobre os resultados alcançados e a situação econômico-financeira da entidade, no aspecto patrimonial, desempenho financeiro e seus fluxos de caixa, em determinado período ou exercício financeiro, em apoio ao processo de tomada de decisão à adequada prestação de contas, à transparência da gestão fiscal e a instrumentalização do controle social.

As Demonstrações Contábeis do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de

Rondônia - IPEM/RO, são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, Lei complementar nº 101/2000 (LRF). Abrangem também as NBCASP – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas do Setor Público (Resoluções do CFC nº 1.134 a 1.137/2008 e nº 1.366/2011(NBC T 16.6 R1 e 16.7 a 16.11); as NBC TSP (Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 01 a 11); as instruções descritas no Manual de Contabilidade ao Setor Público (MCASP), 9ª Edição; a estrutura proposta no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) (Portaria STN nº 700/2014).

As NBC TSP citadas acima possuem correlação com as International Public Sector Accounting Standards – IPSAS, tendo em vista que o Brasil é um dos países signatários da convergência à normas internacionais.

As demonstrações contábeis consolidam as informações do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO e foram elaboradas a partir das informações constantes no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal - SIGEF/RO. Os demonstrativos estão em conformidade com os padrões da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e pelas Demonstrações exigidas pelas Normas Brasileiras de Contabilidade.

Compõem as notas explicativas as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Orçamentário (BO);
- Balanço Financeiro (BF);
- Balanço Patrimonial (BP);
- Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

A seguir são apresentados os principais critérios contábeis adotados no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO, tendo por base as normas contábeis e a classificação concebida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público – PCASP.

Moeda funcional e saldos em Moedas estrangeiras: A moeda funcional no Brasil é o Real. As disponibilidades devem ser mensuradas pelo seu valor original em real, sendo que para as disponibilidades em moeda estrangeira, deve-se realizar a conversão, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis de março de 1964, Lei Complementar Federal n. 101/2000.

Disponibilidade: As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor justo, atualizadas até a data das demonstrações contábeis. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

Créditos a Obrigações: Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações são mensurados ou avaliados pelo valor original, feita a conversão, quando em moeda estrangeira, à taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis. Os riscos de recebimento dos créditos são reconhecidos em conta de ajuste.

Estoques: Os estoques são mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art. 106 da Lei nº 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

Imobilizado: O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou procuração. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, deduzida a respectiva depreciação acumulada. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou

procuração são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumente a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não geram tais benefícios, eles são reconhecidos como variações patrimoniais diminutivas do período. Lembrando que os bens móveis e imóveis pertencem ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO.

Passivos Circulantes e Não Circulantes: As obrigações do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das variações monetárias e cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Com exceção do resultado diferido (presente somente no passivo não circulante), os passivos circulantes e não circulantes apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar, obrigações fiscais, obrigações de repartições a outros entres, provisões e demais obrigações.

Provisões: Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperem que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. As provisões registradas no Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO, correspondem a provisões de riscos trabalhistas, como exemplo: provisões de 13º salário e férias.

Intangível: O ativo intangível é reconhecido inicialmente pelo custo. Após o seu reconhecimento inicial o órgão ou a entidade avalia se reconhece o ativo intangível pelo modelo de custo, menos a amortização e a eventual perda por redução ao valor recuperável acumuladas, ou pelo modelo de reavaliação, quando aplicável.

Depreciação, amortização e exaustão: Os itens do ativo imobilizado estão sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão, cuja apuração foi realizada considerando o item do ativo estando em condições de uso. Ao final do exercício as entidades através de relatório extraído do e-Estado puderam realizar revisão da vida útil e do valor residual do item do ativo.

Resultado Patrimonial: a apuração do resultado patrimonial consiste na confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) com as variações patrimoniais diminutivas (VPD) constantes da Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP. A DVP evidencia as alterações (mutações) verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício que passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial.

Reavaliação e redução ao valor recuperável: Ao analisar, na data das demonstrações contábeis, a necessidade de se proceder a reavaliação de todos os itens da mesma classe do ativo, aplica-se o lançamento a crédito diretamente à conta de reserva de reavaliação, quando o valor contábil da classe do ativo aumentar, todavia o aumento é reconhecido no resultado do período quando se tratar da reversão de decréscimo por reavaliação da classe do ativo anteriormente reconhecido no resultado. Se o valor contábil diminuir, decorrente da reavaliação, essa diminuição é reconhecida no resultado do período. Porém, se houver saldo de reserva de reavaliação, a diminuição do ativo é debitada diretamente à reserva de reavaliação até o limite de qualquer saldo existente na reserva de reavaliação referente àquela classe de ativo. Quanto a redução do valor recuperável avalia-se se há indicação de perda dos futuros benefícios econômicos ou do potencial de serviços de um ativo, além da depreciação. Caso o valor recuperável for menor que o valor líquido contábil é adotado os procedimentos específicos em norma para ajustá-lo.

Depósitos judiciais: Os créditos oriundos da conversão de penas alternativas em pecúnia são registrados na conta 1.1.1.1.00.00 caixa e equivalente de caixa, com reconhecimento do passivo no grupo MCDC 11 Demais Obrigações a Curto Prazo conta 2.1.8.8.00.00 – Valores Restituíveis.

Custos dos empréstimos: Os juros e outros custos relacionados aos empréstimos de recursos são reconhecidos como despesas no período em que foram incorridos,

independentemente de como esses empréstimos foram aplicados, sendo assim aplicado o tratamento padrão dos custos dos empréstimos.

Restos a pagar: Os Restos a Pagar são todas as despesas regularmente empenhadas, do exercício atual ou anterior, mas não pagas ou não canceladas até 31 de dezembro do exercício financeiro vigente, estes são classificados em: processados (despesas já liquidadas); e não processados (despesas a liquidar ou em liquidação). O Estado de Rondônia adota para os restos à pagar inscritos como não processados, quando liquidados e não pagos em exercício anterior ao de referência, passam a ser controlados como restos a pagar processados. Os estágios de execução dessas despesas ocorrem no exercício seguinte, e o controle é efetuado em contas com informações de natureza orçamentária. Havendo tratamento específico para o encerramento, transferência e abertura de saldos entre o exercício financeiro que se encerra e o que se inicia, conforme Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - 9ª Edição.

Retenções: Rondônia adota a política contábil considerando a retenção como paga apenas na baixa da obrigação.

Distinção entre circulante e não circulante: A política contábil adotada evidencia como circulante os direitos e as obrigações com valores de realização em até 12 meses da data de levantamento destas demonstrações contábeis. Os ingressos extraorçamentários, tais como cauções e outras entradas compensatórias, são considerados como circulante, independentemente do prazo de devolução dos recursos.

Apuração de custos: As atividades desenvolvidas foram refletidas em contas de controle, em estrito atendimento a NBC TSP 34 – Custos no Setor Público.

Renúncia de receita: Em observância ao artigo 35, I, da Lei Federal nº 4.320/1964, os valores referentes a renúncia de receita não transitam pelo orçamento tendo em vista que não percorrem o estágio da arrecadação. Logo, os valores correspondentes foram contabilizados como dedução de receita.

Apuração do resultado: Os resultados orçamentário e patrimonial foram apurados de acordo com as práticas contábeis vigentes, sendo as receitas orçamentárias reconhecidas pelo regime de caixa, as despesas orçamentárias pelo empenho no exercício e as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas de acordo com o seu fato gerador.

Apuração do superávit/déficit financeiro: Reflete a diferença positiva entre o Ativo Financeiro, que compreende os valores de numerário e os créditos realizáveis que independam de autorização orçamentária e o Passivo Financeiro, que abrange as obrigações exigíveis que independam de autorização orçamentária, podendo ser utilizado como fonte para abertura de Créditos Suplementares e Especiais. Acrescido ao conceito da norma para a composição do Superávit/Déficit Financeiro o Estado de Rondônia adota a Política Contábil de não MCDC 13 considerar no somatório do Ativo Financeiro a conta contábil 1.1.3.1.2.01.00 “F” – Adiantamentos Concedidos ao RPPS e a conta 1.1.3.8.1.60.00 “F” – Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo e 2.1.8.9.1.9.8.03.00 “F” Outras Obrigações a Curto Prazo (Poderes), sendo estas utilizadas no somatório do Ativo Permanente apenas para consistência na equação contábil. Quanto a não inclusão da conta 1.1.3.1.2.01.00 “F”, ela representa adiantamento por parte dos Poderes e Órgãos ao Regime Previdenciário decorrente do cumprimento à Decisão Monocrática n. 0203/2021-GCESS para equalização do Déficit Atuarial, estando o recurso sob controle da Previdência. No que se refere ao grupo de contas 1.1.3.8.1.60.00 “F” e 2.1.8.9.1.9.8.03.00 “F”, de acordo com a política já constituída a partir da edição do Decreto n. 20.339/2015, característica trazida pelo Plano de Contas Aplicado ao Setor Público para esse grupo, e por não se tratar disponibilidade financeira factível, também requer seu desprezo no momento da apuração do superávit. Cabe dizer que a conta 1.1.3.8.1.06.04 “F” – Ordens Bancárias a Compensar é incluída no cômputo do superávit, haja vista representar disponibilidade factível por se tratar de repasses financeiros entre unidades gestoras. O julgamento para a definição dessa política levou em consideração a relevância para a tomada de decisão dos usuários, demonstrando-se consistente a ponto de que as Demonstrações Contábeis, no caso o Balaço Patrimonial, represente fidedignamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade, além de prudente e

completa em todos os aspectos materiais, de tal forma que em nenhum momento vá de encontro com as características da informação dispostas na Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público.

Análise Horizontal: é uma técnica que parte da comparação do valor de cada item do demonstrativo, em cada período, com o valor correspondente em um determinado período anterior, considerado como base e tem como objetivo mostrar a evolução de cada conta (ou grupo de contas), quando considerada de forma isolada.

Análise Vertical: é mostrar a importância de cada conta na demonstração financeira a que pertence.

1. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS
Anexo 12 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.444.030,00	2.444.030,00	2.226.988,55	(217.041,45)
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	-	-	-	-
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	-	-	-	-
RECEITA PATRIMONIAL	108.645,00	108.645,00	39.250,12	(69.394,88)
RECEITA AGROPECUÁRIA	-	-	-	-
RECEITA INDUSTRIAL	-	-	-	-
RECEITA DE SERVIÇOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.277.828,00	2.277.828,00	2.187.737,48	(90.090,52)
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.557,00	57.557,00	0,95	(57.556,05)
RECEITAS DE CAPITAL (II)	569.457,00	569.457,00	-	(569.457,00)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
ALIENAÇÃO DE BENS	-	-	-	-
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	569.457,00	569.457,00	-	(569.457,00)
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	3.013.487,00	3.013.487,00	2.226.988,55	(786.498,45)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	3.013.487,00	3.013.487,00	2.226.988,55	(786.498,45)
DEFICIT (VI)	-	-	2.821.768,85	-
TOTAL (VII) = (V + VI)	3.013.487,00	3.013.487,00	5.048.757,40	(786.498,45)

R\$

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	243.102,89	179.995,63	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	-	-	-	-
Superavit Financeiro	-	243.102,89	179.995,63	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
DESPESAS CORRENTES (VIII)	4.753.299,00	5.198.109,34	4.323.848,46	4.046.464,11	4.045.493,11	874.260,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.800.270,00	3.001.977,45	2.742.417,38	2.742.417,38	2.742.417,38	259.560,07
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	1.953.029,00	2.196.131,89	1.581.431,08	1.304.046,73	1.303.075,73	614.700,81
DESPESAS DE CAPITAL (IX)	263.140,00	839.408,70	724.908,94	94.333,59	94.333,59	114.499,76
INVESTIMENTOS	263.140,00	839.408,70	724.908,94	94.333,59	94.333,59	114.499,76
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (X)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS XI = (VIII + IX + X)	5.016.439,00	6.037.518,04	5.048.757,40	4.140.797,70	4.139.826,70	988.760,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO (XII)	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI+ XII)	5.016.439,00	6.037.518,04	5.048.757,40	4.140.797,70	4.139.826,70	988.760,64
SUPERAVIT (XIV)	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	5.016.439,00	6.037.518,04	5.048.757,40	4.140.797,70	4.139.826,70	988.760,64
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS (c)	PAGOS (d)	CANCELADOS (e)	SALDO A PAGAR (f)=(a+b-d-e)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)				
DESPESAS CORRENTES	-	961.322,92	930.656,07	930.656,07	30.666,85	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	-	-	-	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS	-	961.322,92	930.656,07	930.656,07	30.666,85	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
TOTAL	-	961.322,92	930.656,07	930.656,07	30.666,85	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS

R\$

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO A PAGAR (e)=(a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (b)			
DESPESAS CORRENTES	-	15.809,01	15.809,01	-	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-	15.809,01	15.809,01	-	-
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
INVESTIMENTOS	-	-	-	-	-
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-	-	-	-	-
TOTAL	-	15.809,01	15.809,01	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Maria das Graças Fernandes Rodrigues
Gerente Contábil / IPEM-RO
TC/CRC: 004846/O-5

Francisco Carlos de Oliveira Albuquerque
Presidente – IPEM-RO
Matrícula: 300186758

O Balanço Orçamentário é o demonstrativo contábil adequado para demonstrar as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas.

O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou insuficiência de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Em consonância ao Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis 2023-MCDC/COGES-RO 7ª edição, Lei 4.320/64, NBC TSP 13, o Balanço Orçamentário é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Não Processados;
- Quadro da Execução dos Restos a Pagar Processados.

Objetivando facilitar a compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, apresentamos a seguir as notas explicativas referentes ao Balanço Orçamentário, bem como as informações relacionadas aos Restos a Pagar.

Inicialmente destacamos que o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO, não é um agente arrecadador, e a sua receita originária é inferior ao custeio da manutenção de suas atividades, sendo ela recebedora de sub-repasse da Secretaria de Estado de Finanças para subsidiar o financiamento de suas atividades.

1.1 Receitas

A execução da receita orçamentária em 2023, houve um Superávit de R\$ 703.811,13, a arrecadação da receita orçamentária em 2022 foi R\$ 1.523.177,42 e de R\$ 2.226.988,55 arrecadados em 2023. As transferências correntes intergovernamentais, oriundas das transferências voluntárias efetuadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, em 2022 totalizaram R\$ 1.474.145,49 e R\$ 2.187.737,48 em 2023, resultando um aumento de R\$ 713.591,99 entre as transferências.

1.2 Despesas

Conforme definido anteriormente, a despesa pública corresponde ao compromisso de gasto dos recursos públicos, autorizados pelo Poder Legislativo, com o fim de atender a uma necessidade da coletividade, prevista/fixada no orçamento.

Em relação à execução da despesa orçamentária em 2022, houve um crescimento orçamentário de R\$ 832.034,13. A despesa com pessoal e encargos sociais em relação ao ano anterior teve um aumento de R\$ 314.248,70, ou seja, aumentou 13% no custo da folha de pagamento. Houve um aumento de 48%, nas despesas com outras despesas correntes, para pagamento dos gastos com a manutenção das atividades dos órgãos, cujos exemplos mais típicos são: material de consumo, passagens e despesas de locomoção, serviços de terceiros, locação de mão de obra, auxílio alimentação. houve despesa com investimento de R\$ 94.333,59 no exercício de 2023.

A execução das despesas, em comparação ao crédito aprovado, pode ser analisada no relatório “Execução Orçamentária da despesa por Projeto/Atividade” que compõe a Prestação de Contas do IPEM (anexos).

1.3 Execução Orçamentária dos Restos a Pagar

No período analisado no Quadro de Execução dos Restos a Pagar Não Processados, do total inscritos em Restos a Pagar não Processados foram pagos o valor R\$ 930.656,07 e houveram cancelamentos no valor de R\$ 30.666,85, portanto não constam saldos remanescentes.

Quanto aos Restos a Pagar Processados, é possível observar a inscrição de Restos a Pagar Processados foram pagos em sua totalidade o valor de R\$ 15.809,01.

2. BALANÇO FINANCEIRO - BF

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO FINANCEIRO - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS

Anexo 13 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

INGRESSOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Receita Orçamentária (I)	2.226.988,55	1.523.177,42
Ordinária	5.459,37	18.511,90
Vinculada	2.221.529,18	1.504.665,52
Recursos Vinculados a Convênios	2.221.529,18	1.504.665,52
Transferências Financeiras Recebidas (II)	3.924.710,46	2.830.804,77
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	3.731.186,68	2.700.609,16
Transferências Recebidas Independentes da Execução Orçamentária	193.523,78	130.195,61
Transferências Recebidas Aportes RPPS	-	-
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.518.749,18	1.777.427,61
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	907.959,70	961.322,92
Inscrição de Restos a Pagar Processados	971,00	15.809,01
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.609.818,48	584.445,23
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	-	6.452,96
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	209.397,49
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-
Saldo do Exercício Anterior (IV)	1.328.400,74	962.898,64
Caixa e Equivalente de Caixa	1.328.400,74	962.898,64
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	10.998.848,93	7.094.308,44

R\$

DISPÊNDIOS	Janeiro a Dezembro/2023	Janeiro a Dezembro/2022
Despesa Orçamentária (VI)	5.048.757,40	4.284.924,50
Ordinária	2.706.470,23	2.794.499,31
Vinculada	2.342.287,17	1.490.425,19
Recursos Vinculados à Programas de Infra Estrutura de Transportes	-	-
Recursos Vinculados a Convênios	2.342.287,17	1.490.425,19
Transferências Financeiras Concedidas (VII)	1.225.353,62	494.119,67
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	-	-
Transferências Concedidas Independentes da Execução Orçamentária	1.225.353,62	494.119,67
Transferências Concedidas Aportes RPPS	-	-
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.371.436,81	986.863,53
Pagamento de Restos a Pagar Não Processados	930.656,07	197.207,58
Pagamento de Restos a Pagar Processados	15.809,01	-
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.423.542,00	578.120,39
Haveres Financeiros - Investimentos RPPS	-	-
Haveres Financeiros - Valores em Trânsito	1.429,73	2.138,07
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	209.397,49
Perdas de Investimentos Temporários	-	-
Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	-
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	1.353.301,10	1.328.400,74
Caixa e Equivalente de Caixa	1.353.301,10	1.328.400,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	10.998.848,93	7.094.308,44

Especificação	JANEIRO a DEZEMBRO/2023			JANEIRO a DEZEMBRO/2022		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Ordinária	5.459,37	-	5.459,37	18.511,90	-	18.511,90
Vinculada	2.221.529,18	-	2.221.529,18	1.504.665,52	-	1.504.665,52
Recursos Vinculados a Convênios	2.221.529,18	-	2.221.529,18	1.504.665,52	-	1.504.665,52
TOTAL	2.226.988,55	-	2.226.988,55	1.523.177,42	-	1.523.177,42

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Maria das Graças Fernandes Rodrigues
Gerente Contábil / IPEM-RO
TC/CRC: 004846/O-5

Francisco Carlos de Oliveira Albuquerque
Presidente – IPEM-RO
Matricula: 300186758

A Lei nº 4.320/1964, define o Balanço Financeiro – BF como sendo a demonstração contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extra orçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do Exercício seguinte. (MCASP, 9ª Ed. 2021).

Em observância ao Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis 2023-MCDC/COGES-RO 7ª edição. É composto:

- A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas;
- Os recebimentos e os pagamentos extra orçamentários;
- As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS;
- O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro possibilita a apuração do resultado financeiro do exercício. É válido ressaltar que o resultado financeiro do exercício não deve ser confundido com o superávit ou déficit financeiro do exercício apurado no Balanço Patrimonial.

É possível verificar que o saldo em caixa que passa para o exercício seguinte (posição em 31/12/2023) apresentou um aumento de R\$ 365.502,10, em relação ao saldo registrado no final do exercício de 2022.

O montante de ingressos orçamentários do Balanço Financeiro compreende além do montante assinalado na linha de receitas orçamentárias de R\$ 2.226.988,55 que são os recursos diretamente arrecadados pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO, adicionado às transferências financeiras recebidas da Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN, no montante de R\$ 3.731.186,68 para fazer frente às despesas orçamentária empenhada com a folha de pagamento do IPEM, e Imposto de Renda Retido na Fonte ref. a descontos em folha de pagamento de servidores R\$ 193.523,78 totalizaram o montante de R\$ 6.151.699,01 em 2023.

3. BALANÇO PATRIMONIAL - BP

ESTADO DE RONDÔNIA

BALANÇO PATRIMONIAL - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS
Anexo 14 - Lei Federal nº 4.320/64
Em 31 de Dezembro de 2023 e 2022

R\$

ATIVO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.353.301,10	1.328.400,74
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL	1.353.301,10	1.328.400,74
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	237.304,33	72.430,00
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	235.874,60	72.430,00
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO	1.429,73	-
ESTOQUES	75.046,28	67.144,20
ALMOXARIFADO	75.046,28	67.144,20
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	1.665.651,71	1.467.974,94
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
IMOBILIZADO	3.487,27	576,60
BENS MOVEIS	3.929,72	595,16
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	(442,45)	(18,56)
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	3.487,27	576,60
TOTAL DO ATIVO	1.669.138,98	1.468.551,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE		
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	-	132.282,39
PESSOAL A PAGAR	-	61.454,23
BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS A PAGAR	-	-
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-	70.828,16
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	971,00	-
FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	971,00	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	-	-
OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIÃO	-	-
ADIANTAMENTO DE CLIENTES E DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	284.123,59	97.847,11
VALORES RESTITUÍVEIS	283.528,43	97.251,95

R\$

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2023	31/12/2022
OUTRAS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	595,16	595,16
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	285.094,59	230.129,50
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
RESULTADOS ACUMULADOS	1.384.044,39	1.238.422,04
SUPERÁVITS OU DÉFICITS ACUMULADOS	1.384.044,39	1.261.167,59
LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS	-	(22.745,55)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.384.044,39	1.238.422,04
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.669.138,98	1.468.551,54

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO		
Ativo Financeiro	1.353.301,10	1.328.400,74
Ativo Permanente	315.837,88	140.150,80
Total Ativo (I)	1.669.138,98	1.468.551,54
PASSIVO		
Passivo Financeiro	1.192.459,13	1.074.383,88
Passivo Permanente	595,16	117.068,54
Total Passivo (II)	1.193.054,29	1.191.452,42
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I - II)	476.084,69	277.099,12

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

R\$

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
ESPECIFICAÇÃO	31/12/2023	31/12/2022
ATOS POTENCIAIS ATIVOS		
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Congêneres a Receber	-	-
Direitos Contratuais em Execução	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	-	-
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres	-	-
Obrigações Contratuais a Executar	-	-
Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DO SUPERAVIT / DEFICIT FINANCEIRO		
FONTES DE RECURSO	31/12/2023	31/12/2022
501 Outros Recursos não Vinculados	352,28	-
700 Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	149.575,72	243.102,89
869 Outros Recursos Extraorçamentários	10.913,97	10.913,97
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	160.841,97	254.016,86

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Maria das Graças Fernandes Rodrigues
Gerente Contábil / IPEM-RO
TC/CRC: 004846/O-5

Francisco Carlos de Oliveira Albuquerque
Presidente - IPEM-RO
Matricula: 300186758

Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). No exercício de 2023, o Balanço Patrimonial apresentou no seu Ativo Total um valor de R\$ 1.669.138,98 (Um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e trinta e oito reais e noventa e oito centavos), os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante. No Balanço Patrimonial têm-se a visão patrimonial como base para análise e registro dos fatos contábeis. (MCASP, Parte V, 9ª Ed. 2021).

Em observância ao Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis 2023-MCDC/COGES-RO 7ª edição, o Balanço Patrimonial é composto por:

- Quadro Principal;
- Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes;
- Quadro das Contas de Compensação; e
- Quadro do Superávit / Déficit Financeiro;

3.1 - Ativo Circulante

3.2 - Caixa e Equivalente De Caixa

O grupo Caixas e equivalente de caixa incluem o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como seus equivalentes, além das aplicações financeiras de liquidez imediata, ou seja, alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses.

Os valores registrados nas contas de bancos foram conciliados com os extratos bancários, tal conciliação pode ser verificada na sessão “Relatórios sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial” da Prestação de Contas de 2023. Comparando com o saldo de caixa de 2022 no valor de R\$ 1.328.400,74, com a disponibilidade de caixa ao final de 2023 de R\$ 1.353.301,10 evidenciou-se um aumento de R\$ 24.900,36 que em termos percentuais representa um aumento de 1,87% nas disponibilidades.

A conta caixa e equivalente de caixa encerrou o exercício com saldo de R\$ 1.353.301,10 (Um milhão, trezentos e cinquenta e três mil, trezentos e um reais e dez centavos). Vale destacar que a conta caixa e equivalente de caixa não é composta apenas por dinheiro em espécie, mas também por itens que podem ser convertidos rapidamente em dinheiro. Os saldos consolidados de caixa e equivalentes de caixa, estão representados na Tabela 1:

Tabela 1: Detalhamento de Caixa e Equivalente de Caixa

Contas Caixa e Equivalentes de Caixa	2023	2022

Banco Conta Movimento - Banco do Brasil	735.319,95	345.247,75
Limite de Saque	617.981,15	983.152,99
Total	1.353.301,10	1.328.400,74

3.3 - Demais Créditos a Curto Prazo

São compostos por adiantamentos concedidos a servidores (viagens, suprimentos de fundos e diárias), que estavam aguardando a prestação de contas até 31/12/2023, totaliza o valor de R\$ 237.304,33, sendo R\$ 55.080,00 referente a Viagens - Adiantamento, R\$ 24.100,00 Suprimentos de Fundos e R\$ 156.694,60 referente a Diárias.

Destacamos que houve um aumento referente a diárias concedidas no exercício de 2023, ficando restando o valor de R\$ 156.694,60 referente a baixa de diárias, informamos que estão sendo adotados procedimentos imediatos para os lançamentos contábeis de baixa dos valores já homologados, conforme determina o Decreto 18.728 de 27 de março de 2014.

Destacamos que houve um aumento no saldo de suprimentos de fundos (pendentes de prestação de contas) de R\$ 33.315,92 em 2022 para R\$ 41.315,92 em 2023, estão sendo adotadas medidas para os lançamentos contábeis de baixa dos valores já homologados até a presente data conforme determina o Art. 15 do Decreto 20.365 de 14 de dezembro de 2015, que os saldos remanescentes de prestação de contas em análise em favor dos servidores Carlos Antônio de Camargo (R\$ 4.000,00), Raimundo Carlos Bezerra (R\$ 8.000,00), Valcleir Oliveira de Melo (R\$ 1.215,92), Osni Ortiz (R\$ 4.000,00); prestação de contas antes da análise Raimundo Aurélio Tavares Vieira(R\$ 900,00), Gilmar de Freitas Pereira(R\$ 14.000,00) e Francisco Divaneudo Buriti de Souza(R\$ 1.200,00) e Concedidos no período Julice Evaristo Ferreira de Santana, estão sendo adotadas medidas administrativas para a devida regularização, conforme recomenda o Art. 16 e 17 do Decreto 20.365 de 14 de dezembro de 2015.

3.4 – Estoques

O almoxarifado deste Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia – IPEM, está localizado na Av, Imigrantes, 1201, Bairro São Sebastião II, Porto Velho-RO, no prédio do IPEM, contando com uma sala específica para armazenamento, e realiza distribuição de materiais através de requisições de materiais geradas pelo sistema de Gestão integrado – SGI. Os estoques são avaliados com base no valor de aquisição ou valor realizável líquido, dos dois, o menor. O método para mensuração e avaliação das saídas é o custo médio ponderado, conforme o inciso III, art 106 da Lei 4.320/64 e NBC TSP 04/2016.

O saldo apresentado no final do período foi de R\$ 75.046,28, resultante da movimentação do período, ou seja, saldo oriundo de 2022 no valor de R\$ 67.144,20 houve aquisição de R\$ 46.039,51 e saídas/consumo de R\$ 38.137,43, totalizando o valor de R\$ 75.046,28 registrados no (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão e Fiscal - SIGEF).

Destacamos a existência de uma diferença de **R\$ 4.892,39(Quatro mil, oitocentos e noventa e dois reais e trinta e nove centavos)** entre o controle analítico do (Sistema de Gestão Integrado - SGI) e o controle Sintético (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão e Fiscal - SIGEF) com a seguinte composição de Entradas Não Registradas no Sistema SGI:

Tabela 2: Confrontação entre balancete SIGEF e TC-13

Conta Contábil	Balancete SIGEF	TC - 13	Diferença
Estoque	75.046,28	70.153,89	-4.892,39

Tabela 3: Diferenças localizadas no SGI

Produto	Processo SEI	Lançamento SIGEF	Valor
Material de Limpeza e Produtos de Higienização	0017.000907/2023-94	2023NL001693	1.232,40
Material de Copa e Cozinha	0017.000595/2023-19	2023NL001694	3.660,00
Ajuste no SGI	-	-	- 0,01
SOMA			4.892,39

3.5 – Imobilizado

O Imobilizado compreende os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens e é mensurado inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O custo de aquisição também compreende os gastos diretos e atribuíveis à aquisição do item de imobilizado. Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles são reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

Preliminarmente é importante frisar que esta unidade orçamentária é uma Autarquia Indireta delegada pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO, e que suas aquisições são realizadas com recursos próprios, oriundos dos repasses concedidos a esta UG através do Convenio 026/2020. Desta forma, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO possui com o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia – INMETRO um "termo de cessão" dos bens e assim, como Cessionário não reconhece nenhum benefício auferido em razão da cessão. Assim sendo, os Bens são depreciados pelo cedente, no caso concreto o INMETRO, não cabendo ao IPEM-RO depreciação de bens. Apenas os bens doados ou cedidos ao IPEM-RO, através do E-Estado, foram depreciados.

Tabela 4: Confrontação entre balancete SIGEF e TC-15

Conta Contábil	Balancete SIGEF	TC-15	Diferença
Bens Móveis	3.928,72	3.928,72	0,00
Depreciação	-442,45	-442,45	0,00
Valor Líquido	3.487,27	3.487,27	0,00

Informamos que o registro dos bens imóveis, referente ao terreno e ao prédio administrativo, onde realizam-se as atividades de verificação metrológicas, foram cedidas pelo Estado de Rondônia através do Decreto 15.104 de 12 de maio de 2010, que autoriza a cessão de uso gratuito da área de propriedade do Estado de Rondônia para o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade- INMETRO, destacamos a existência de uma diferença de **R\$ 5.750.778,51(Cinco milhões, setecentos e cinquenta mil, setecentos e setenta e oito reais e cinquenta e um centavos)** entre o demonstrativo TC-16 e o controle Sintético (Sistema Integrado de Planejamento e Gestão e Fiscal - SIGEF), quanto a incorporação temos a informar, que foi realizado de forma intempestiva, no exercício de 2024, através dos lançamentos de incorporação 2024NL000093, 2024NL000094 e de Depreciação 2024NL000100, conforme Laudo de Avaliação (id.0019071640), Proc. SEI 0017.175432/2021-27.

Tabela 5: Confrontação entre balancete SIGEF e TC-16

Conta Contábil	Balancete SIGEF	TC-16	Diferença
Bens Imóveis	0,00	5.817.429,81	5.817.429,81
Depreciação	0,00	-66.651,30	-66.651,30
Valor Líquido	0,00	5.750.778,51	5.750.778,51

Tabela 6: Diferenças lançadas no SIGEF no exercício 2024

Conta Contábil	Processo SEI	Lançamento SIGEF	Valor
Terreno	0017.175432/2021-27	2024NL000093	3.817.888,42
Edificação	0017.175432/2021-27	2024NL000094	1.999.541,39
Depreciação	0017.175432/2021-27	2024NL000100	- 66.651,30
SOMA			5.750.778,51

3.6 - Passivo Circulante

3.7 – Fornecedores e Contas a pagar a Curto Prazo

Em 31/12/2023, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO, neste grupo do passivo contempla valores, referentes a Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo no valor de R\$ 971,00 referente a despesas com fornecedores.

3.8 – Demais Obrigações a Curto Prazo

Em 31/12/2023, o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO, neste grupo do passivo contempla valores referente a Depósitos, Cauções e Consignações, no valor de R\$ 284.123,59, a serem pagas a associações e instituições financeiras, por motivo de consignações em folha de pagamento dos servidores.

3.9 - Resultados Acumulados e Patrimônio Líquido

Resultados acumulados correspondem aos saldos remanescentes dos lucros ou prejuízos líquidos das empresas e os superávits ou déficits acumulados, conforme evidencia o Patrimônio Líquido, também chamado de Saldo Patrimonial ou Situação Líquida Patrimonial, é o valor residual dos Ativos da entidade depois de deduzidos todos seus Passivos.

Os valores encontram-se discriminados no quadro principal do Balanço Patrimonial e trata-se de superávits acumulados no exercício e em exercícios anteriores.

O resultado de superávit do exercício de 2023 totalizaram um montante de R\$ 1.384.044,39 registrados no Patrimônio Líquido do exercício, evidenciou-se um aumento de R\$ 145.622,35, em relação ao exercício de 2022, que em termos percentuais representa um acréscimo de 11,76% no superávit do exercício. As alterações patrimoniais que justificam a variação do valor do patrimônio líquido entre os exercícios encontram-se explanadas no Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais (Lei 4.320/64).

3.10 - Quadro do Superávit/Deficit Financeiro - composição de saldo nas fontes de 2023.

Tabela 7: Quadro do Superávit /Deficit Financeiro

FONTES DE RECURSO	31/12/2023
501 – Outro Recursos não Vinculados	352,28
700 – Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	149.575,72
869 – Outros Recursos extraorçamentários	10.913,97
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	160.841,97

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

4. DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS

Anexo 15 - Lei Federal nº 4.320/64

Período: Janeiro a Dezembro de 2023

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	39.250,12	48.182,67
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	39.250,12	48.182,67
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	6.115.782,50	4.308.537,63
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	3.928.045,02	2.834.392,14
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	2.187.737,48	1.474.145,49
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	4.195,81	8.973,21
GANHOS COM INCORPORAÇÃO DE ATIVOS	4.195,81	8.973,21
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,95	17.124,26
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,95	17.124,26
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	6.159.229,38	4.382.817,77

R\$

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
ESPECIFICAÇÃO	Janeiro a Dezembro / 2023	Janeiro a Dezembro / 2022
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PESSOAL E ENCARGOS	2.745.038,73	2.604.737,30
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	2.420.202,63	2.284.338,18
ENCARGOS PATRONAIS	324.836,10	320.399,12
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	52.645,01	55.620,00
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	52.645,01	55.620,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	1.987.390,23	1.003.774,88
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	196.317,82	217.916,09
SERVIÇOS	1.790.648,52	785.840,23
DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	423,89	18,56
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	1.332.827,21	506.707,04
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	1.225.353,62	497.707,04
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	94.333,59	-
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	13.140,00	9.000,00
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	-	68.657,30
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	-	68.657,30
TRIBUTÁRIAS	2.215,82	4.438,94
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	1.899,28	4.137,08
CONTRIBUIÇÕES	316,54	301,86
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.334,76	41.269,56
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	11.334,76	41.269,56
TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	6.131.451,76	4.285.205,02
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I) - (II)	27.777,62	97.612,75

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Maria das Graças Fernandes Rodrigues
Gerente Contábil / IPEM-RO
TC/CRC: 004846/O-5

Francisco Carlos de Oliveira Albuquerque
Presidente - IPEM-RO
Matrícula: 300186758

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária. Por meio dela é possível verificar o resultado patrimonial do exercício que é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício. (MCASP, 9ª Ed. 2021).

O resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais

Em suma, a DVP evidencia a contrapartida (aumentativa ou diminutiva) dos registros realizados no Balanço Patrimonial.

Em observância ao Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis 2023-MCDC/COGES-RO 7ª edição, a Demonstração das Variações Patrimoniais é composto por um quadro principal contendo as contas das variações patrimoniais aumentativas e variações patrimoniais diminutivas.

4.1 - Resultado Patrimonial

A Demonstração das Variações Patrimoniais, de acordo com o MCASP, 9ª Ed. 2021, evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício. Tal resultado é apurado pela subtração das Variações Patrimoniais Aumentativas pelas Variações Patrimoniais Diminutivas, totalizando R\$ 27.777,62 de Superávit em 2023.

4.1.1- Composição das Variações Patrimoniais Aumentativas

As Variações Patrimoniais Aumentativas mais significativas são as elencadas no Grupo “Transferências e Delegações Recebidas”, na ordem de R\$ 6.115.782,50, representando 99,29% sobre o valor total das variações patrimoniais aumentativas, referem-se aos repasses recebidos da Unidade Financeira Central do Tesouro no montante de R\$ 3.928.045,02, representando 64,23% sobre o valor total das variações patrimoniais aumentativas e de Transferências de Convênios/INMETRO no montante de R\$ 2.187.737,48, representando 35,77% sobre o valor total das variações patrimoniais aumentativas.

4.1.2 - Composição das Variações Patrimoniais Diminutivas

As Variações Patrimoniais Diminutivas mais representativas foram nos seguintes grupos: a) despesa com pessoal, no montante de R\$ 2.745.038,73, representando 44,77% sobre o valor total das variações patrimoniais diminutivas; b) Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo, no montante de R\$ 1.987.390,23, representando 32,41% sobre o valor total das variações patrimoniais diminutivas.

5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS
Anexo 18 - Lei Federal nº 4.320/64
Período: Janeiro a Dezembro de 2023

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	8.761.517,49	5.154.277,87
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	-	-
Remuneração das Disponibilidades	39.250,12	48.182,67
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,95	849,26
Transferências recebidas	6.112.447,94	4.304.950,26
Outros ingressos operacionais	2.609.818,48	800.295,68
Desembolsos	8.642.283,54	4.720.118,47
Pessoal e demais despesas	4.900.940,74	3.333.602,36
Juros e encargos da dívida	-	-
Transferências concedidas	1.316.371,07	596.860,16
Outros desembolsos operacionais	2.424.971,73	789.655,95
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades Operacionais (I)	119.233,95	434.159,40
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	-	-
Alienação de bens	-	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros ingressos de investimentos	-	-
Desembolsos	94.333,59	68.657,30
Aquisição de ativo não circulante	94.333,59	68.657,30
Concessão de empréstimos e financiamentos	-	-
Outros desembolsos de investimentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Investimentos (II)	(94.333,59)	(68.657,30)

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal
Módulo de Contabilidade

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	-	-
Operações crédito	-	-
Integralização do capital social de empresas dependentes	-	-
Outros ingressos de financiamentos	-	-
Desembolsos	-	-
Amortização / Refinanciamento da dívida	-	-
Outros desembolsos de financiamentos	-	-
Fluxo de Caixa Líquido das Atividades de Financiamento (III)	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)	24.900,36	365.502,10
Caixa e Equivalente de Caixa Inicial	1.328.400,74	962.898,64
Caixa e Equivalente de Caixa Final	1.353.301,10	1.328.400,74

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais	2.187.737,48	1.474.145,49
da União	2.187.737,48	1.474.145,49
de Estados e Distrito Federal	-	-
de Municípios	-	-
Intragovernamentais	3.924.710,46	2.830.804,77
Outras transferências recebidas	-	-
Total das Transferências Recebidas	6.112.447,94	4.304.950,26
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais	-	27,72
a União	-	27,72
a Estados e Distrito Federal	-	-
a Municípios	-	-
a Consórcios Públicos	-	-
Intragovernamentais	1.316.371,07	596.832,44
Outras transferências concedidas	-	-
Total das Transferências Concedidas	1.316.371,07	596.860,16

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Legislativa	-	-
Judiciária	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	4.900.940,74	3.333.602,36
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
Reserva de Contingência	-	-
TOTAL DOS DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO	4.900.940,74	3.333.602,36

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA

	R\$	
	Janeiro a Dezembro 2023	Janeiro a Dezembro 2022
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Total dos Juros e Encargos da Dívida	-	-

Fonte: Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal (SIGEF)

Maria das Graças Fernandes Rodrigues
Gerente Contábil / IPEM-RO
TC/CRC: 004846/O-5

Francisco Carlos de Oliveira Albuquerque
Presidente – IPEM-RO
Matrícula: 300186758

Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) apresenta as entradas e saídas de caixa e as classifica em fluxos operacional, de investimento e de financiamento, tem o objetivo de contribuir para a transparência da gestão pública, pois permite um melhor gerenciamento e controle financeiros dos órgãos e entidades do setor público. As informações dos fluxos de caixa são úteis para proporcionar aos usuários da informação contábil instrumento para avaliar a capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades de liquidez. Assim, a Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. (MCASP, parte V, 9ª Ed. 2021).

Concernente ao Manual de Conferência das Demonstrações Contábeis 2023-MCDC/COGES-RO 7ª edição, a DFC é composta por:

- Quadro Principal;
- Quadro de transferências recebidas e concedidas;
- Quadro de desembolsos de pessoal e demais despesas por função; e
- Quadro de juros e encargos da dívida.

Em função da adoção do princípio da unidade de caixa (Conta Única), a geração líquida de caixa e equivalente de caixa da DFC é correspondente ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro.

De acordo com as normas contábeis, a DFC foi elaborada pelo método direto.

A soma dos fluxos corresponde à diferença entre o saldo de Caixa e Equivalente de Caixa do exercício em relação ao saldo do exercício anterior. No exercício de 2023 as disponibilidades aumentaram em R\$ 24.900,36 quando comparado com o exercício de 2022. O Fluxo de caixa líquido das atividades de investimento foi R\$ -94.333,59 e o Fluxo de caixa líquido das atividades operacionais de R\$ 119.233,95. O grupo que mais contribuiu foram as transferências correntes recebidas no montante de R\$ 6.112.447,94.

5.1 - Atividades Operacionais

As atividades operacionais compreendem as entradas e saídas de caixa, isto é, os ingressos de recursos decorrentes da arrecadação de receitas orçamentárias e extra orçamentárias e os desembolsos efetuados tanto para o pagamento de despesas orçamentárias quanto extra orçamentárias do órgão.

5.2 - Atividades de Investimento

As atividades de investimento estão relacionadas às receitas e despesas de capital, distinguindo-se daquelas destinadas à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

As receitas de capital compreendem a constituição de dívidas, a conversão em

espécie de bens e direitos (alienações), reservas, bem como as transferências de capital recebidas.

As despesas de capital, por sua vez, correspondem àquelas realizadas com propósito de formar e/ou adquirir ativos reais, abrangendo, entre outras ações, o planejamento e a execução de obras, a compra de instalações, equipamentos, material permanente e concessões de empréstimos.

5.3 - Atividades de Financiamento

As atividades de financiamento, compreender as obtenções de empréstimos, financiamentos e demais operações de crédito, inclusive o refinanciamento da dívida. Compreendem também a integralização do capital social de empresas dependentes. Findo o exercício de 2023, também não houve registros de ingressos e dispêndios no âmbito do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Rondônia - IPEM/RO.

6. DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESTADO DE RONDÔNIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS

Anexo 19 - Lei Federal Nº 4.320/64

Exercício de 2023

Valores em R\$

Mês Referência: Dezembro									
ESPECIFICAÇÃO	Pat. Social / Capital Social	Adiant. para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	Reserva de Capital	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Reservas de Lucro	Demais Reservas	Resultados Acumulados	Ações/Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldos Iniciais							1.238.422,04		1.238.422,04
Ajustes de exercícios anteriores		-	-	-	-	-	117.844,73	-	117.844,73
Aumento de capital							-	-	-
Resgate / Reemissão de Ações e Cotas		-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio		-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	-	27.777,62	-	27.777,62
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição / Reversão de reservas		-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos a distribuir (R\$. . . por ação)		-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos Finais							1.384.044,39		1.384.044,39
	Maria das Graças Fernandes Rodrigues Gerente Contábil / IPEM-RO TC/CRC: 004846/O-5				Francisco Carlos de Oliveira Albuquerque Presidente - IPEM-RO Matricula: 300186758				

SIGEF/RO - Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) compõem o conjunto das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP) que estão enumeradas na Lei Federal nº 4.320/1964, assim como na Lei Complementar nº 101/2000 e na Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Serviço Público 11 - NBC TSP 11. A Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido (DMPL) demonstrará a evolução (aumento ou redução) do patrimônio líquido da entidade durante um período. A alteração total no patrimônio líquido durante um período representa o valor total do resultado desse período, adicionado a outras receitas e despesas reconhecidas diretamente como alterações no patrimônio líquido (sem passar pelo resultado do período), junto com qualquer contribuição dos proprietários e deduzindo-se as distribuições para os proprietários agindo na sua capacidade de detentores do capital próprio da entidade.

MARIA DAS GRAÇAS FERNANDES RODRIGUES

FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE
Presidente IPEM/RO
Matricula: 3000172125



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Graças Fernandes rodrigues, Gerente**, em 08/03/2024, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO CARLOS DE OLIVEIRA ALBUQUERQUE, Presidente**, em 08/03/2024, às 13:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0046640049** e o código CRC **24E6CA92**.